

As iniciativas de industrialização do Espírito Santo na República Velha *

*Rafael Claudio Simões***

À Marcello Poggi Nogueira de Sá, pela amizade.

Introdução

O presente texto pretende traçar um panorama geral da industrialização capixaba, no período que vai de 1892 a 1912, no contexto do processo de industrialização vivido pelo país. Objetivava-se, de um lado, dar destaque aos dois momentos industrializantes decisivos que ocorrem no período, sendo eles: a primeira tentativa de intervenção do governo estadual com o intuito de incentivar a industrialização, que ocorre ainda no século passado no primeiro mandato de José de Mello Carvalho Moniz Freire como Presidente do estado (03/05/1892 a 23/05/1896); e o projeto de criação do “polo industrial” do sul do Espírito Santo, no governo de Jerônimo de Souza Monteiro (23/05/1908 a 23/05/1912). De outro, levantar as razões das dificuldades enfrentadas pelo projeto de industrialização no período. Neste sentido pretende-se avaliar a importância que teve o setor primário - em especial o café - nas oscilações do processo de industrialização. O café foi fundamental para sustentar os projetos infra-estruturais desses governos, do mesmo modo que

* Texto feito a partir da pesquisa "História da industrialização no Espírito Santo" sob a orientação da professora Leonor Franco de Araújo com bolsa FINDES/SEBRAE.

**Aluno do Dept. de História da UFES

crises na receita por ele gerada refletiam negativamente no processo industrializante.

Desde já vale ressaltar quatro aspectos que nos parecem cruciais no processo de industrialização capixaba: a importância do café, a ação do Estado, o papel fundamental do capital internacional e o caráter tardio e dependente da nossa industrialização. Parece-nos justo afirmar que essas características estiveram presentes, em maior ou menor grau, em todo este processo.

Breve panorama da industrialização brasileira

As primeiras iniciativas industrializantes no Brasil ocorrem em inícios do século XIX, logo após a chegada da família real, entretanto esse esforço inicial foi prejudicado, entre outras coisas, pelas tarifas aduaneiras fixadas no tratado assinado com a Grã Bretanha em 1810, estendido a Portugal em 1816 e às outras nações após a independência. Esse quadro de falta de proteção tarifária à nascente indústria nacional só se modificou a partir de 1844 com a aprovação das “Tarifas Alves Branco”. É certo que não se criam indústrias apenas com tarifas aduaneiras elevadas, vários outros fatores impediram um desenvolvimento substancial da indústria brasileira: mercado interno de reduzido tamanho, falta de mão-de-obra especializada, falta de capital para investimentos, infraestrutura precária (transportes, comunicações e energia) e falta de interesse da classe dominante amplamente ligada aos interesses agro-exportadores.

O crescimento da produção cafeeira a partir da década de 1830, o fim do tráfico negreiro e a intensificação da imigração a partir da década de 1850, possibilitaram um redirecionamento de capitais, um pequeno surto industrial e o desenvolvimento do setor de transportes

É a partir de meados do século XIX que a industrialização brasileira ganha um impulso considerável. Fato marcante nesse processo foi a extinção do tráfico negreiro que colocou em disponibilidade um capital de monta o qual, na impossibilidade de

expansão da fronteira agrícola, veio a ser aplicado de maneira significativa em atividades urbanas, ou conforme afirmação de Nelson Werneck Sodré “é a partir daí que aparecem na vida brasileira os elementos da atividade industrial, desenvolvendo-se, saindo do estágio primitivo do simples artesanato. Ela se entrosa perfeitamente, aliás, com as disponibilidades de mão-de-obra cada vez maiores”. (Sodré, 1978, p. 42).

A segunda metade do século XIX será um período de acentuadas mudanças nas áreas de aparelhamento urbano, inovações técnicas e primazia econômica.

Desde a década de 1830, o café passou a suplantiar os outros produtos na pauta de exportação brasileira, dando-se com isso o “deslocamento da primazia econômica do norte para o centro-sul ... e a decadência das lavouras tradicionais - cana, algodão, tabaco”. (Prado Junior, 1980, p. 157).

As mudanças ainda podem ser percebidas pela urbanização por que passam as principais cidades brasileiras nesse momento e “pelo aparecimento, na vida brasileira, de técnicas novas: técnicas de transporte, com as ferrovias; técnicas de navegação, com o navio a vapor; técnicas de comunicações, com o telégrafo; técnicas de produção, com as máquinas destinadas à indústria de transformação que sai do seu desolador primitivismo ... O aparelhamento bancário encontra as possibilidades para funcionar efetivamente. A atividade comercial amplia bastante, o mercado de trabalho não cessa de crescer e a função da cidade começa a se definir”. (Sodré, op. cit., p. 44).

Na década de 1850, “fundam-se no país 62 empresas industriais, 14 bancos, três Caixas Econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 companhias de seguros, quatro de companhias de colonização, oito de mineração, três de transporte urbano, duas de gás e oito estradas de ferro”. (Prado Junior, op. cit., p. 192).

Essas mudanças, entretanto, não redundam em alteração significativa da estrutura econômica brasileira baseada na agro-exportação. Mas é certo, também, que uma progressiva modernização se verifica como resultado dos sucessivos superávits comerciais

de nossa balança de comércio exterior, gerados a partir de 1860 pelo surto cafeeiro, pela entrada do capital internacional - principalmente via o setor comercial -, pelos melhoramentos urbanos, e a forte corrente imigratória que se estabelece. Em fins do século XIX, o país conta com 9.000 km de estradas de ferro, e outros 1.500 km em construção, enquanto a navegação a vapor somava ao redor de 50.000 km de linhas em tráfego regular, e a rede telegráfica com quase 1.000 km de linhas, “articulando todas as capitais e cidades mais importantes do país, ... sem contar os cabos submarinos transoceânicos que ligavam a diferentes partes da Europa e América. Realizara-se, também, um relativo progresso industrial, das manufaturas têxteis em particular, de que se contam no fim do Império cerca de cem estabelecimentos de certo vulto”. (Prado Junior, op. cit., pp. 196-197).

Não obstante esses progressos infra-estruturais realizados na segunda metade do século XIX, a economia brasileira continuava a depender basicamente da exportação de produtos agrotropicais, em especial o café, apresentando ainda “uma precária divisão social do trabalho e uma circulação limitada de mercadorias”. (Linhares, 1990, p. 134). Demonstram isso os dados de 1920, que indicam a agricultura ocupando ainda 66,7% da população economicamente ativa e a indústria ocupando apenas 8,2%. (Linhares, op. cit., p. 167).

Os primórdios da industrialização brasileira diferem do modelo europeu na medida em que, aqui, a transição levou a diferentes tipos de relações de produção não capitalistas no campo, como o colonato, a parceria, etc..., que impoem uma baixa velocidade na passagem para uma economia capitalista.

Em 1907, conforme nos informa o primeiro censo geral das indústrias brasileiras, registram-se 3.258 estabelecimentos industriais, empregando 150.841 operários e representando um capital de 665.000 contos. Esses fatores se encontravam concentrados principalmente no Distrito Federal (33%), São Paulo (16%), Rio Grande do Sul (15%) e no estado do Rio de Janeiro (7%). Enquanto

isso, a população industrial se mostra concentrada basicamente nos ramos têxtil e de alimentação (75%). (Prado Junior, op. cit., p. 260).

Já o censo industrial de 1920 mostra a existência de um total de 13.336 estabelecimentos industriais, empregando 275.512 operários, representando um capital de 1.815.156 contos. Entretanto, a produção se mantinha concentrada nos mesmos ramos têxtil e de alimentação, inclusive com um ligeiro acréscimo dessa taxa em relação à década anterior (79%). (Prado Junior, op. cit., p. 261).

Processo que sofreu com o fato de estar sempre dependente de fatores externos, a industrialização no Brasil conseguiu se manter nesse primeiro quarto do século XX graças as elevadas tarifas alfandegárias e à constante depreciação cambial que, se por um lado, facilita a existência das indústrias já instaladas, por outro, dificulta a ampliação e modernização do parque industrial, pois torna os preços de novas máquinas proibitivos.

O período de 1924 a 1930 marca uma fase de depressão das indústrias brasileiras, gerado pelos crescentes saldos da balança comercial que possibilitaram um expressivo aumento das importações de produtos industrializados.

Com a crise de 1930, haverá um brusco desequilíbrio de nossa balança comercial provocando um déficit considerável e uma rápida desvalorização da moeda, expondo a nossa dependência da agro-exportação cafeeira. Com isso, o consumo de produtos externos sofre uma grande queda estimulando a produção interna.

Em consequência, nas décadas de 1930 e 1940, a indústria passa a ser vista como alternativa para o desenvolvimento. Nesse período se esboça um projeto de industrialização pesada com o Estado brasileiro adotando um novo padrão de comportamento. Este, face às dificuldades de financiamento do projeto industrializante, abandona sua posição essencialmente política no processo de modernização capitalista para transformar-se em investidor produtivo na direção industrializante. Em especial, são adotadas medidas na área de políticas públicas com vistas à criação de condições sociais para instalação do setor de base na indústria nacional.

Com o Plano de Metas no governo Juscelino Kubistchek, o país ingressa numa nova fase de desenvolvimento da economia industrial. Com ele irá se concretizar uma estrutura monopolista que articula empresas multinacionais, empresas privadas nacionais e empresas públicas cabendo, via de regra, às primeiras a produção no setor de bens de consumo durável, às segundas o setor de bens de consumo não durável, e às últimas o setor de bens de produção.

É no período entre 1950 e 1980 que “ocorre o mais intenso processo de modernização pelo qual o país passou, alterando em profundidade a fisionomia social, econômica e política do Brasil”, conforme remarca Yedda Linhares. (op. cit., p.273). Isso pode ser comprovado pelos seguintes dados abaixo:*

a) A inversão da relação populacional campo-cidade:

1950 - 64% de população rural e 36% urbana

1980 - 33% de população rural e 67% urbana

b) O crescimento da mão-de-obra operária no total da população economicamente ativa:

1950 - 16,5 %

1970 - 24,9 %

1980 - 32,7 %

c) E, ainda, a transformação da economia por setores:

	1950	1980
Primário -	60,1 %	29,9 %
Secundário -	18,1 %	24,4 %
Terciário -	21,8 %	45,7 %

* Dados extraídos de Maria Yedda Linhares. *História Geral do Brasil*, op.cit. pp. 274 e 276.

A experiência capixaba

O crescimento da cafeicultura capixaba no século XIX vai se dar principalmente a partir da crise do café no Vale do Paraíba (RJ) e a consequente implantação de um núcleo cafeeiro no Vale do Itapemirim, com notáveis prejuízos para a produção canavieira aí existente. “Por volta de 1840, sua cultura assumiu proporções comerciais em torno dessa cidade (Vitória), e se expandiu pelo litoral procurando morros e encostas. No sul penetrou nos vales do Itapemirim e do Itabapoana, ..., nessa região o povoamento era feito por fluminenses e mineiros...” (Saletto, 1985, p. 20)

O estabelecimento do núcleo cafeeiro no Vale do Itapemirim resultou, entre outras coisas, no estímulo à ocupação de novas áreas da região por imigrantes europeus, principalmente italianos e alemães. Ocorre, assim, o surgimento e/ou crescimento das colônias do Rio Novo, Santa Leopoldina e Santa Izabel (Nara Saletto, op. cit., p. 20). Na esteira desse movimento, desenvolvem-se os transportes com a abertura de estradas, com a implantação da navegação a vapor de forma regular, e com a construção de ferrovias - a primeira, ligando Cachoeiro-Pombal-Castelo, com uma extensão total de 70,5 km, inaugurada em 1887.

Do mesmo modo, verificou-se um considerável crescimento populacional na região em decorrência desse processo, conforme se pode observar pela tabela abaixo: *

ANO		POPULAÇÃO
1872	-	82.137 hab.
1890	-	135.997 hab.
1900	-	209.783 hab.
1910	-	340.850 hab.

* Anuário Estatístico do Brasil - Anexo I - 1908-1912

Apesar disso, o Espírito Santo contava com vários fatores que dificultavam o seu processo de industrialização: a falta de um mercado interno de porte, a inexistência de um sistema de transporte integrado, a falta de mão-de-obra especializada, a proximidade do Rio de Janeiro como pólo aglutinador do desenvolvimento industrial juntamente com São Paulo, e pequena capacidade de investimento, tanto do setor estatal quanto de setores privados.

Com o primeiro governo de José de Melo Carvalho Moniz Freire - 1892 a 1896 - será feita a primeira tentativa sistemática de industrialização no Espírito Santo, favorecida pela nova capacidade arrecadadora dos estados com o advento da República, pela valorização do café ocorrida na última década do século passado, bem como pela tomada de consciência dos setores agro-exportadores dominantes da inconveniência da dependência da arrecadação tributária de apenas um produto - o café, sempre sujeito às variações de preço no mercado internacional. Em períodos de baixa, provocando acentuada queda nas receitas tributárias bem como decréscimo nas rendas de grande parte da população do estado envolvida direta ou indiretamente com o mercado do café.

Não obstante este entendimento, a industrialização não era vista como um projeto autônomo, e sim vinculada à diversificação da produção agrícola e da exploração dos recursos naturais.

Por iniciativa do Presidente do estado, Moniz Freire, o Congresso Legislativo Estadual aprova, em 29 de novembro de 1892, a Lei no. 34 que autoriza o Presidente a conceder garantia de juros de 5 % durante 15 anos, até o total de 500.000 libras esterlinas a empresas que implantassem fábricas de tecidos e engenhos centrais. Oito dias antes, o Congresso Legislativo aprovara a Lei no. 30, que criava o fundo especial para a construção da Estrada de Ferro do Sul do Espírito Santo. (Bittencourt, 1987, p. 121)

Essas iniciativas vão ao encontro tanto dos interesses das elites econômicas capixabas quanto do projeto político-administrativo de Moniz Freire, ambos orientados para uma industrialização baseada na diversificação agrícola e o direcionamento da produção

para comercialização através do porto de Vitória e não mais do Rio de Janeiro.

Em uma Mensagem ao Congresso Legislativo Estadual, de 16 de setembro de 1893, Moniz Freire explica que “Continua a ser a principal preocupação do meu governo o programa que vos anunciei ao assumi-lo - a viação férrea e o povoamento do nosso território. A esses dois interesses superiores, mormente ao primeiro, continuo a pensar que devemos sacrificar outros de menor ou igual relevância...”

Este mesmo teor pontuou o Relatório apresentado por Moniz Freire por ocasião da passagem do governo ao seu sucessor, Graciano dos Santos Neves, em 23 de maio de 1896: “O processo artificial para desviar essa corrente natural, que procura justamente o mercado mais abundante, mais rico e mais abastecido, é formar de Vitória uma grande praça, e isso só se conseguirá quando por meio da viação férrea nós tivermos posto a cinco ou seis horas de distância dos centros mais importantes do estado, que são exactamente estes que actualmente se servem daqueles outros portos”.

O papel do Estado como agente econômico era amplamente reconhecido, ainda que apenas em momentos de crise dos capitais privados. Ilustra isso a mensagem citada de Moniz Freire, de 1893, justificando a importância da iniciativa estatal: “numa época em que os capitais nacionais se acham completamente retraídos, em que as empresas sobreviventes as loucuras da bolsa dificilmente revigoram suas forças sacrificadas no fracasso geral, em que o próprio crédito da nação ficou abalado de modo a tornar quase impossíveis todas as tentativas públicas ou particulares no sentido de atrair ao país o capital estrangeiro...”. Na mesma mensagem, Moniz Freire confirma ainda a possibilidade do estado de transformar-se em efetivo agente econômico: “...atendendo a que o estado da nossa dívida ... é apenas de 283:500\$000”.

A Lei no. 34, no entanto, foi modificada no momento de sua implementação, passando o governo do estado a conceder empréstimos de até 2/3 do capital total gasto para a implantação do

empreendimento, o que para Gabriel Bittencourt “tornava a fábrica inexequível nos momentos de câmbio baixo”. (Bittencourt, op. cit., p. 122).

Após a aprovação da Lei, o governo do estado firmou contratos com vários empresários para instalação de fábricas no Espírito Santo. Esses contratos possuíam três exigências básicas: “submeter em um prazo de 2 a 4 meses, da assinatura do contrato, os projetos e orçamento das obras, desenho das máquinas e descrição dos projetos de fabricação; pagamento mensal de uma importância destinada a despesa de fiscalização e iniciar a construção das fábricas em um prazo de 12 meses e concluí-las no prazo máximo de 2 anos a partir da data da assinatura do contrato, sob pena de rescisão do mesmo”. (Bittencourt, 1982, p. 66).

São, então, assinados contratos com “João Chaves Ribeiro para construção de um engenho central no Vale do Itapemirim, com João Chaves Ribeiro e Maximiliano Nothmamm para construção de uma fábrica de tecidos de algodão e uma fábrica de papel em Vitória ou no município do Espírito Santo (como era oficialmente chamada Vila Velha), com Victorino Garcia e Carlos Gentil Homem para construção de uma fábrica de tecidos em Benevente e com Ricardo Wichello e Antônio Ayres da Gama Bastos para construção de uma fábrica de tecidos de meia no município do Espírito Santo”. (Moniz Freire, 1893, p. 21).

Esses empreendimentos, entretanto, com uma única exceção, não conseguem completar sua execução. O próprio Moniz Freire afirma no seu Relatório de Governo de 1896 que “a única dessas empresas que vingou foi a de Wichello e Ayres, transferida a Coakes e C.; a sua fábrica inaugurou-se muito auspiciosamente em 3 de maio do ano passado, e funcionou regularmente até o fim do ano, exportando grande quantidade de produtos.”

Além do fracasso na instalação desses primeiros empreendimentos, alguns outros fatores dificultaram a incipiente tentativa de industrialização, sendo um deles a falta de mão-de-obra, que o próprio Moniz Freire já apontava em sua Mensagem ao Congresso Legislativo de 1893: “um dos embaraços com que lutávamos para

dar conveniente andamento às nossas empresas era a falta de braço operário” Entretanto, os principais fatores que retiraram o governo do caminho da industrialização foram a queda do preço do café no mercado internacional - que ocorre a partir de 1896 e se mantém até 1908, com a sua consequente queda de receita para os governos -, as sucessivas quedas nas taxas de câmbio e os serviços de juros e amortização da dívida externa.

O quadro a seguir nos dá uma idéia da importância do café para a arrecadação do governo estadual:

RECEITA TRIBUTÁRIA DO ESPÍRITO SANTO E PARTICIPAÇÃO DO CAFÉ NA RECEITA DE 1892 A 1908.*

ANO	RECEITA DO E.S.	PARTICIPAÇÃO DO CAFÉ	
		ABSOLUTA	RELATIVA
1892	3.181:458\$896	1.679:866\$177	52,80%
1893	3.186:138\$353	2.864:638\$579	89,91%
1894	4.489:042\$647	3.419:084\$930	76,16%
1895	4.669:417\$168	3.750:125\$697	80,31%
1896	3.875:021\$491	2.968:410\$495	76,60%
1897	4.170:324\$733	3.413:048\$004	81,84%
1898	3.660:755\$600	2.956:016\$155	80,75%
1899	3.130:592\$286	2.366:228\$792	75,58%
1900	2.926:282\$909	2.084:327\$653	71,23%
1901	3.094:312\$128	1.795:956\$094	58,04%
1902	2.801:585\$252	2.061:655\$935	73,59%
1903	3.083:061\$882	2.106:326\$086	68,32%
1904	2.856:078\$298	1.872:726\$483	65,57%
1905	2.480:906\$597	1.752:279\$668	70,63%
1906	2.778:113\$831	1.802:031\$961	64,86%
1907	2.444:862\$272	1.997:953\$352	81,72%
1908	2.403:053\$401	1.773:577\$887	73,80%

*Fontes: Quadros demonstrativos de exportação de café da Secção de Estatística do Espírito Santo, e Mensagens e Relatórios de Governo do período.

O Presidente do estado Graciano Santos Neves assim colocou a questão na sua Mensagem ao Congresso Legislativo Estadual, em 1897: “a baixa crescente das taxas cambiais e do preço do café, restringindo de muito a receita do Estado e aumentando-lhe excessivamente a despesa, tem elevado dificuldades muito sérias que só serão dominadas por um sistema decisivo e inflexível de economias.”

Contribuindo para agravar ainda mais esse quadro de penúria financeira do Espírito Santo estava o problema do pagamento da dívida externa, e aqui novamente citamos Graciano Santos Neves na sua mensagem de 1897, quando este aborda a questão da dívida externa nos seguintes termos: “devemos considerar que nos exercícios de 1896 e 1897 o serviço de juros e amortização do empréstimo externo custou respectivamente 1.161 e 1.300 contos, sobre uma receita que atingiu a 3.870 contos para o primeiro desses exercícios e que talvez não alcance a mesma cifra para o segundo.” Já em 1898, o serviço da dívida ultrapassa os 1.400 contos para uma receita pouco superior a 3.500 contos.

A situação se agravaria ainda mais com a seca que se abateu sobre o Espírito Santo em 1898 e 1899: “para dar exata idéia do prejuízo que sofremos, melhor é exprimi-lo em algarismos, dos quais se verifica que a nossa exportação no ano passado montou apenas a 24.396.472 kilos, ... e que no primeiro semestre do corrente ano a exportação foi de 9.689.333 kilos, devendo ser ainda menor no segundo, pois a safra, que está agora saindo, é inferior à antecedente.” (Moniz Freire, 1900, p. 7).

Neste quadro de paralisação quase que completa das atividades econômicas do estado, somente a construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo tinha andamento. As lideranças políticas do estado continuavam a perceber a necessidade de diversificação de nossa base econômica, menos por considerações gerais sobre a importância da diversificação do que por interesses próprios, conforme o próprio Presidente José Marcelino P. de Vasconcellos afirmava: “a baixa persistente do preço do café, determinando o retraimento na exportação deste produto, demonstra a necessidade

e oportunidade da criação de novas fontes de renda” (Vasconcellos, 1899, p. 5). Moniz Freire retoma o tema no seu segundo mandato: “Os estados brasileiros que tem sua fortuna pública fundada em um valor que de ano a ano mais se afunda, e para qual nenhuma salvação parece próxima, como é atualmente a lavoura do café, continuam a debater-se nas suas assoberbantes provações, que se a todos não trazem igualmente comprometidos, a nenhum deixam tranquilo sobre os dias futuros” e, prosseguindo, “os nossos esforços deveriam pois ter em vista corrigir os inconvenientes desse excesso por todos os meios hábeis possíveis ...”(Moniz Freire, 1903, p. 5)

O Coronel Henrique da Silva Coutinho, presidente no quadriênio de 1904 a 1908, reconhecia a dependência da economia capixaba do café e os malefícios dela decorrentes, ao afirmar na sua exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1904 a 1908 que “não há, como tenho demonstrado em minhas mensagens, exemplo de um quadriênio de tão escassos recursos, como o que encerra-se hoje, porque nunca o café, donde haurimos os recursos financeiros de que precisamos, desceu a preços tão vis, como se pode bem evidenciar do que encontrei vigorando na praça quando assumi o governo - 8 mil e tanto e aquele a que desceu logo em seguida - 3\$300, quase a 3a. parte!...” (Coutinho, 1908, p. 5). A sua percepção da necessidade de industrialização fica clara, ainda, quando reconhece, na sua Mensagem de 7/09/1904 ao Congresso Legislativo Estadual, que “as indústrias fabris podem contribuir também para o aumento dos rendimentos do estado. A isenção de direitos de importação para o material a empregar na montagem de fábricas, promovida pela nossa ilustre representação federal, e alguns favores que lhe possa fazer o Estado, são auxílios que como medida econômica entendo que devem ser facilitados para colhermos em breve tempo os frutos inerentes a empreendimentos congêneres.”

O período de governo de Jerônimo Monteiro (23/05/1908 a 23/05/1912) foi marcado pelo mais intenso projeto de industrialização do Espírito Santo na República Velha, favorecido que foi por

uma certa recuperação do preço do café e pela privatização das Estradas de Ferro Caravelas e Sul do Espírito Santo, que geraram receitas adicionais de cerca de 4.500 contos, bem como por um empréstimo de 28.967.856,78 de francos franceses, conseguido no período do Coronel Henrique Coutinho. Este empréstimo foi depositado nos cofres do estado, já no período de Monteiro, com destino ao pagamento do empréstimo de 1894. No entanto, foi utilizado por Jerônimo Monteiro para fins de instalação do “Parque Industrial” do Sul do estado e das melhorias urbanas realizadas na capital e no município de Vila Velha.

A instalação do referido “parque industrial”, inicialmente pensado, chegando mesmo a ser contratado como sendo de iniciativa privada com apoio do poder público, não se realizou completamente. Foi, isto sim, fundada a Companhia Industrial do Espírito Santo, “holding” que incorporou todos os estabelecimentos industriais do sul do estado, a saber: fábrica de tecidos, usina de açúcar, fábrica de cimento, fábrica de papel, fábrica de óleo vegetal, serraria industrial, e a usina hidrelétrica do Rio Fruteiras para suprir esses estabelecimentos com energia. Todos localizados no Vale do Itapemirim.

A dependência do café persistia, incomodando as elites políticas e econômicas como atesta o próprio Jerônimo Monteiro em sua Mensagem ao Congresso Espírito Santense de 24/09/1908, ao informar que “a estatística da exportação nos atesta essa verdade, demonstrando que o grande crescimento da nossa produção é devido, somente, ao café, com supressão quase total de todos os outros gêneros, que, aliás, são de fácil cultura entre nós. No último exercício, enquanto o imposto sobre o café rendeu 1.997:953\$352, o imposto sobre madeiras produziu 95:846\$370 e o imposto sobre os demais gêneros 9:252\$667 ...”.

O projeto de industrialização, entretanto, permanecia orientado com vistas à diversificação agrícola do Espírito Santo como se pode notar na justificativa que Jerônimo Monteiro deu à criação das fábricas no sul do estado: “As fábricas de Cachoeiro de Itapemirim abrem campo vastíssimo ao sul do estado proporcio-

nando ao lavrador campo para novas culturas de alta remuneração ...”(Monteiro, 1913, p. 407).

Das unidades projetadas, apenas a “Usina Fruteiras” e a serraria industrial começaram a funcionar em 1912. A última a entrar em funcionamento foi a fábrica de cimento, que só foi concluída em agosto de 1925 pela “Sociedade de Cimento Industrial Monte Líbano”, que a arrendara em 1924.

Essa nova tentativa de industrialização do Espírito Santo, no entanto, resultou também em fracasso. Apenas as indústrias de açúcar e de tecidos conseguiram se estabelecer no estado de maneira permanente, dadas as condições locais. As outras deveram o seu fracasso a fatores tais como custos altos, tecnologias obsoletas, dificuldades infra-estruturais e competição dos produtos estrangeiros.

Essa situação pode ser melhor visualizada quando se observa a tabela a seguir, que apresenta as mercadorias exportadas, pelo Espírito Santo, com seus valores oficiais e impostos pagos em 1914 e 1915, constante da Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo apresentada em 12 de outubro de 1916 por Bernardino de Souza Monteiro, então Presidente do estado.

A despeito dos esforços acima observados, a economia capixaba atinge meados da década de 1910 exibindo ainda um incipiente estágio de industrialização, caracterizado pela predominância de indústrias de transformação primária, que incluía as indústrias de beneficiamento de farinha de mandioca, de açúcar e de aguardente e álcool. Apenas as indústrias têxteis podem ser apontadas como um resultado efetivo das iniciativas voltadas para a industrialização de caráter mais moderno.

Conclusão

A história econômica do Espírito Santo foi, até recentemente, marcada pelo café. Como que uma palavra “mágica”, o café pontua, e mesmo explica, boa parte dos fenômenos relacionados com o desenvolvimento econômico desta região. Desde as represen-

MERCADORIAS	ANO	VALOR OFICIAL	IMPOSTOS PAGOS
CAFÉ	1914	17.628:464\$395	2.115:440\$873
CAFÉ	1915	28.471:021\$978	3.416:528\$037
MADEIRAS	1914	687:450\$270	68:264\$479
MADEIRAS	1915	1.037:544\$700	103:719\$398
AREIAS			
MONAZÍTICAS	1914	210:000\$000	47.530\$000
AREIAS			
MONAZÍTICAS	1915	210:951\$800	8:652\$350
AÇÚCAR	1914	657:838\$350	21:943\$308
AÇÚCAR	1915	1.827:659\$200	23:724\$152
FEIJÃO	1914	236:771\$000	5:939\$225
FEIJÃO	1915	373:969\$000	7:479\$380
AGUARDENTE/			
ÁLCOOL	1914	124:145\$600	4:411\$510
AGUARDENTE/			
ÁLCOOL	1915	125:588\$500	5:604\$810
MILHO	1914	166:187\$300	3:354\$599
MILHO	1915	655:368\$500	13:307\$370
ARROZ	1914	137:472\$300	734\$067
ARROZ	1915	51:894\$500	1:076\$375
FARINHA DE			
MANDIOCA	1914	28:691\$200	657\$480
FARINHA DE			
MANDIOCA	1915	163:215\$800	3:264\$316
CACAU	1914	4:120\$000	97\$380
CACAU	1915	14:597\$000	291\$940
TECIDOS DE			
ALGODÃO	1914	-	-
TECIDOS DE			
ALGODÃO	1915	3:392\$800	67\$856
OUTROS	1914	910:968\$080	3:972\$374
OUTROS	1915	261:480\$550	5:491\$739
TOTAL	1914	20.856:026\$315	2.272:413\$439
TOTAL	1915	33.196:684\$328	3.589:207\$723

tações simbólicas do povo - sobretudo o do centro-sul do estado-, expressando uma cultura do homem simples ligado à terra produtiva minifundiária, até as mais vigorosas empreitadas industrializantes e os processos febris de urbanização experimentados pelo estado em diferentes momentos.

O café foi responsável por um dos poucos, senão o único, registro de prestígio nacional e internacional do Espírito Santo até os anos sessenta, ligado ao fato de Colatina ter sido o maior produtor de café do mundo relativamente ao seu tamanho geográfico e populacional. Esta marca pertence à década de 1950.

Nos termos da análise clássica de matriz marxista sobre a industrialização no ocidente, segundo a qual a indústria emergiu de uma “acumulação primitiva” realizada no comércio, a industrialização, ou os esforços industrializantes do Espírito Santo na República Velha não fogem à regra, e têm na cultura e o no comércio do café a sua base principal no estágio da “acumulação primitiva”.

A bem da verdade, o café, conforme se viu, foi a força e a fraqueza do projeto de industrialização aqui abordado. Projeto político - como de resto ocorreu com o processo de industrialização em geral no Brasil, onde o Estado, e não os interesses sociais, foi o principal agente -, a industrialização do Espírito Santo na República Velha, em que pese a sua timidez, foi eminentemente fruto de esforços dos governos Moniz Freire e Jerônimo Monteiro. Antes desses governos, a questão da indústria não constava da pauta política do estado ou constava de maneira secundária, não passando de intenções retóricas. Durante os governos posteriores, até princípios dos anos cinquenta quando, no governo de Jones dos Santos Neves, a questão da industrialização - em especial da energia elétrica - volta a preocupar as elites políticas e econômicas locais, o projeto de formação de um parque industrial como base econômica do estado viveu da inércia daqueles esforços originais.

Antes, ainda, na década de 40 com Punaro Bley, houve um repique na política de industrialização que merece ser notado: a criação da Vale do Rio Doce. Porém, esta foi uma iniciativa

eminentemente federal, não podendo ser creditada aos agentes locais aqui em discussão.

No centro do projeto de industrialização no período em foco, encontrava-se a alavanca representada pela receita proporcionada pelo café, condicionando os momentos de sucesso ou de fracasso das iniciativas industrializantes segundo o desempenho desse produto no mercado internacional. Tal dependência criou uma espécie de círculo vicioso que, ao fim e ao cabo, caracterizou a industrialização do Espírito Santo como um processo que não conseguiu romper com a sua própria negação, isto é, a monocultura agrária.

Sem desprezar os resultados então alcançados, deve-se, no entanto, reconhecer a insuficiência das conquistas correlatas e necessárias à uma industrialização permanente e progressiva, quais sejam aquelas nos setores da urbanização, da infra-estrutura voltada para a atividade de transporte, da produção de energia, da formação quer seja de uma mão de obra apropriada à atividade industrial quer seja de um mercado interno de porte para os seus produtos. Sem dúvida avanços ocorreram nesses setores, mas sempre de modo mais artificial que real, resultando de políticas públicas encetadas por governos sem grandes margens de ação no tocante a recursos, invariavelmente dependentes da receita gerada pelo café.

A expressão mais aguda da natureza “circular” do processo de industrialização capixaba levado a efeito no período em foco é a orientação política do projeto de industrialização dos governos estudados. A visão que dominava não apenas as políticas oficiais como também os interesses das elites econômicas locais era a de uma industrialização a serviço da diversificação agrícola, com vistas a expandir as receitas originárias do setor primário, antes que a diversificação dos serviços e da própria atividade industrial, com vistas a deslocar a fonte de recursos do campo para as cidades.

Assim é que, ao fim do governo Jerônimo Monteiro, tinha-se como principal base industrial no estado as fábricas têxteis, e algumas fábricas de beneficiamento de alimentos. Esta base, assim como a rede ferroviária então implantada no sul do estado,

constituíram o grande legado do projeto industrializante da República Velha aqui no estado.

Fontes

COUTINHO, Henrique da Silva. *Mensagem do Presidente do Estado Coronel Henrique da Silva Coutinho em 7/09/1904 ao Congresso Legislativo Estadual*. Vitória : Papelaria e Typographia Nelson Costa e Comp., 1904.

———. *Mensagem do Presidente do Estado Coronel Henrique da Silva Coutinho em 9/10/1906 ao Congresso Legislativo Estadual*. Vitória : Papelaria e Typographia Nelson Costa e Comp., 1906.

———. *Mensagem do Presidente do Estado Coronel Henrique da Silva Coutinho em 7/09/1907 ao Congresso Legislativo Estadual*. Vitória : Papelaria e Typographia Nelson Costa, 1907.

———. *Exposição sobre os negócios do Estado no quadriênio de 1904 a 1908 pelo Exmo. Sr. Coronel Henrique da Silva Coutinho*. Vitória : Papelaria e Typographia Nelson Costa, 1908.

FREIRE, José de Mello Carvalho Moniz. *Mensagem do Presidente do Estado do Espírito Santo ao Congresso Legislativo Estadual*. Rio de Janeiro : Typ. Leuzinger, 1893.

———. *Mensagem do Presidente do Estado do Espírito Santo ao Congresso Legislativo Estadual*. Rio de Janeiro : Typ. Leuzinger, 1895.

———. *Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. J. de M. C. Moniz Freire ao passar o governo ao Exmo. Sr. Dr.*

Graciano dos Santos Neves em 23 de maio de 1896. Rio de Janeiro : Typ. Leuzinger, 1896.

———. *Mensagem do Presidente do Estado Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire ao Congresso Legislativo Estadual em 13/09/1900.* Victória : Papelaria e Typographia de A. Moreira Dantas, 1900.

———. *Mensagem do Presidente do Estado do Espírito Santo Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire em 28/09/1901 ao Congresso Legislativo Estadual.* Victória: Typographia Commercial de Aelson Costa e Comp., 1901.

———. *Mensagem do Presidente do Estado do Espírito Santo Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire em 2/10/1902 ao Congresso Legislativo Estadual.* Victória : Papelaria e Typographia Aelson Costa e Comp., 1902.

———. *Mensagem do Presidente do Estado do Espírito Santo Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire em 22/09/1903 ao Congresso Legislativo Estadual.* Victória : Papelaria e Typographia Aelson Costa e Comp., 1903.

MONTEIRO, Bernardino de Souza. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo em 12 de outubro de 1916 pelo Presidente do Estado Dr. Bernardino de Souza Monteiro.* Victória : Sociedade de Artes Gráficas, 1916.

MONTEIRO, Jerônimo de Souza. *Mensagem dirigida pelo Dr. Jerônimo de Souza Monteiro, Presidente do Estado ao Congresso Espírito-Santense em 24/09/1908.* Victória : Papelaria e Typographia Nelson Costa, 1908.

_____. *Mensagem dirigida pelo Dr. Jerônimo de Souza Monteiro, Presidente do Estado ao Congresso Legislativo do Espírito Santo em 14/09/1909.* Vitória : Imprensa Oficial, 1909.

_____. *Mensagem dirigida pelo Dr. Jerônimo de Souza Monteiro, Presidente do Estado ao Congresso Legislativo do Espírito Santo.* Vitória : Imprensa Oficial, 1910.

_____. *Mensagem dirigida pelo Dr. Jerônimo de Souza Monteiro, Presidente do Estado ao Congresso Legislativo do Espírito Santo.* Vitória : Imprensa Oficial, 1911.

_____. *Exposição sobre os negócios do Estado no quadriênio 1908 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jerônimo de Souza Monteiro.* Vitória : Imprensa Oficial, 1913.

NEVES, Graciano dos Santos. *Mensagem do Exmo. Sr. Vice-Presidente do Estado do Espírito Santo no Congresso Legislativo Estadual.* Vitória : Typ. do Estado, 1897.

VASCONCELLOS, José Marcellino P. de. *Mensagem do Exmo. Sr. Dr. José Marcellino P. de Vasconcellos, Presidente do Estado do Espírito Santo no Congresso Legislativo Estadual em 7 de setembro de 1898.* Vitória : Papelaria e Typographia de A. Moreira Dantas, 1898.

_____. *Mensagem do Exmo. Sr. Dr. José Marcellino P. de Vasconcellos, Presidente do Estado do Espírito Santo no Congresso Legislativo Estadual em 13/09/1899.* Vitória : Papelaria e Typ. de A. Moreira Dantas, 1899.

Bibliografia

BITTENCOURT, Gabriel. 1982. *Esforço Industrial na República do café, o caso do Espírito Santo 1889/1930*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo/ Fundação Ceciliano Abel de Almeida.

———. 1987. *A Formação Econômica do Espírito Santo (O Roteiro da Industrialização)*. Vitória: Livraria Editora Cátedra/ Departamento Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo.

LINHARES, Maria Yedda.(org.).1990. 4a.ed. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Campus.

PRADO JÚNIOR, Caio. 1980. 24a. ed. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense.

SALETTTO, Nara. 1985. *Considerações sobre a transição do trabalho escravo ao trabalho livre na economia cafeeira do Espírito Santo (1888 - 1929)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SODRÉ, Nelson Werneck.1978. 4a. ed. *Introdução à Revolução Brasileira*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda.